

AGOSTINHO DA SILVA E O CEAO, MEU TESTEMUNHO

Yeda Pessoa de Castro  

Universidade Federal da Bahia

Em 1959, convidado para participar do Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, chega à Cidade do Salvador na Bahia, que ele já sabia de Todos os Santos, um Cavaleiro Andante da Esperança e da Paz. Esse cidadão do mundo era George Agostinho da Silva, delegado pela UNESCO.

Seu propósito: implementar na Bahia um Centro de pesquisa e estudos dedicado a resgatar parte da história que ainda não fora contada pela conquista dos portugueses em mares nunca dantes navegados. Da Costa D’Africa ao Oriente mais distante, voltando pelo Porto Seguro das terras brasílicas de Santa Cruz.

Naquele momento, através do projeto maior Oriente-Occidente, a UNESCO estava propondo a instalação de centros de estudos asiáticos em universidades da Europa e das Américas.

Na Universidade Federal da Bahia, George Agostinho da Silva encontrou o Reitor Edgar Rego dos Santos (1946-1961) que, de pronto, aceitou a sugestão de ampliar a proposta da UNESCO de um Centro de Estudos Asiáticos para um Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), incluindo o estudo da África, mais importante para nós do ponto de vista de nossa realidade histórica e cultural.

Assim, constitui-se o CEAO como órgão de ensino, estudo, pesquisa e extensão dedicado à divulgação das culturas africanas e asiáticas, da influência dessas culturas no Brasil e da presença brasileira naquelas culturas,

Em plano internacional, era destinado a divulgar e promover o conhecimento da língua portuguesa na África e das línguas e culturas africanas no Brasil, contando com o apoio do Ministério das Relações

Exteriores, o Itamaraty, interessado em lhe servir, naquele momento de ditadura militar no País, como veículo de aproximação política com os promissores países africanos da África Ocidental.

Em plano local, visava também à formação de especialistas em diferentes campos de conhecimento relativos às suas áreas de interesse comum e a participação da comunidade local em suas atividades.

Para alcançar esses objetivos, o CEAO, instalado no subsolo do Palácio da Reitoria, e sob a direção de George Agostinho da Silva, iniciou o trabalho básico de organização da sua biblioteca, da hemeroteca, com recortes dos principais jornais baianos, dos seus setores de cursos, intercâmbio e publicações.

Logo em 1960, na condição oficial de Leitor Brasileiro na Universidade de Ibadan, Vivaldo da Costa Lima, delegado pelo CEAO, viaja para a Nigéria. Sua missão era estabelecer contatos preliminares para o intercâmbio de pessoal acadêmico, divulgação da língua portuguesa e cultura brasileira em instituições congêneres, além da seleção de bolsistas africanos que inicialmente seriam recebidos pela Universidade federal da Bahia para um curso de proficiência em língua portuguesa.

Em 1961, com a ida de Agostinho da Silva para Brasília, onde fundou o Centro de Estudos Portugueses na Universidade, assume a direção do CEAO o professor Waldir Freitas de Oliveira. O CEAO começou a oferecer os primeiros cursos de línguas orientais e africanas no Brasil. O curso de japonês, com o apoio da Fundação Japão, e o de iorubá, com o professor nigeriano Ebenezer Lashebikan, com apoio do CNPQ. Nesse ano, o professor Pedro Moacir Maia inaugurou o Leitorado Brasileiro na Universidade de Dakar (Senegal), ao tempo em que o primeiro grupo de estudantes africanos desembarcou na Bahia, entre eles o ganense Dr. George Frempong, que se formou em medicina pela UFBA e fixou residência definitiva em Salvador.

De 1962 a 1964, Guilherme de Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro estão na Nigéria, onde iniciaram o curso de Língua Portuguesa e

Literatura Brasileira na recém-criada Universidade de Ifé, à época ainda na cidade de Ibadan.

De volta à Nigéria, por três anos consecutivos, 1969-1972, o mesmo curso é implantado como disciplina regular no Departamento de Línguas Modernas, com todo o incentivo do seu então diretor, Dr. Wilfried Feuser, sem sofrer solução de continuidade até hoje. No momento, a Universidade de Ifé, hoje Obafemi Awolowo, acabara de ser transferida para a cidade de Ifé.

Essa fase pioneira do Centro de Estudos Afro-Orientais – a partir de 1962 já instalado em sua antiga sede, no bairro do Garcia, e por dez anos consecutivos sob a direção profícua do professor Waldir Freitas de Oliveira – foi a consolidação das bases da política cultural idealizada pelo seu fundador, normalizada no Regimento Interno de 1963, e do reconhecimento nacional e projeção internacional do CEAO com o apoio total do Itamaraty, nas pessoas dos Embaixadores Marcos Azambuja, Rubem Ricupero, Alberto da Costa e Silva, Carlos Alberto Leite Barbosa e do Secretário Paulo Cordeiro, mais tarde embaixador no Líbano, morto tragicamente, junto com sua esposa também baiana, Vera Feicidade, em acidente de carro, em 2019, na Itália.

Em 1966, sob a responsabilidade do Prof. Nelson Araujo e supervisão gráfica de Elvio Machado, é editada *Afro-Ásia*, primeiro periódico brasileiro especializado em África e Ásia.

Depois de 1970, com a Reforma Universitária promovida pelo Ministério da Educação (MEC), o CEAO ficou reduzido aos serviços técnico-administrativos. Com seus professores relotados em unidades da UFBA, proporcionou-se a introdução de cursos da área específica do CEAO ainda inéditas em seus departamentos: História da África e Antropologia Afro-Brasileira, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), e Geografia da África, no Instituto de Geociências.

Na época, faziam parte dessa equipe os professores Waldir Freitas de Oliveira, seu Diretor, Terezinha Penna de Carvalho (geografia), Marli Geralda Teixeira e Johildo Athayde (história), Fernando da Rocha Peres

(literatura), Vivaldo da Costa Lima e Julio Santana Braga (antropologia), Guilherme de Souza Castro e Yeda Pessoa de Castro (etnolinguística).

Na gestão do Reitor Lafayette de Azevedo Pondé (1971-1974), por sugestão do Prof. Guilherme de Souza Castro, então Diretor do CEAO (1972-1979), é constituído o “Programa de Cooperação Cultural Brasil-África e para o Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros”. Esse convênio, tendo o CEAO como órgão executor, foi firmado em Brasília, em 4 de maio de 1974, pelos Ministérios de Relações Exteriores e da Educação e Cultura, Governo do Estado da Bahia, Município de Salvador e Universidade Federal da Bahia. No mesmo ano, também é assinado um convênio entre a Fundação Japão e a UFBA para o curso de japonês, que foi o mais antigo e de seguida continuidade no CEAO.

O Programa Brasil-África permitiu ao CEAO superar a crise institucional por que passava em razão da Reforma Universitária haver extinguido regimentalmente o seu corpo docente e de pesquisadores. Ampliou as suas possibilidades através de assinaturas de vários acordos de cooperação cultural e da realização de atividades fundamentais para a sua sobrevivência. Entre elas, a mais importante, a criação do Museu Afro-Brasileiro (Mafro) na Bahia, o primeiro em seu gênero no Brasil, instalado no antigo prédio da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, inaugurado em 7 de janeiro de 1982, com a professora Yeda Pessoa de Castro na Direção do CEAO, oito anos depois de ter sido idealizado, que recebeu a visita de várias personalidades políticas africanas. Entre elas, em 9 de setembro de 1982, o Presidente da República Popular do Congo, Denis Sassu Nguesso, que deixou por escrito a seguinte declaração que traduzimos do francês: “Este Museu materializa a força viva dos laços históricos e culturais que unem o Brasil à África. Estamos expressando, nesta visita, todo nosso reconhecimento direto a todas as pessoas que participaram da realização dessa obra admirável”.

Naquele ano, o CEAO retoma o curso de iorubá e oferece o primeiro Curso de Kikongo no Brasil. Elabora o programa de Cooperação Cultural com a Universidade Nacional do Zaire, do que resultou a

vinda para a Bahia de três dos seus titulares, dois dos quais com passagem pelo Mestrado de Letras da UFBA, e as primeiras teses de pós-graduação defendidas na África por professores brasileiros, Yeda Pessoa de Castro, em 1976, na área de etnolinguística, e Júlio Santana Braga, em 1977, em antropologia religiosa, ambos lotados no Departamento de Antropologia e Etnologia da UFBA.

Um ano antes, em abril de 1981, na gestão do Reitor Luiz Fernando Macedo Costa (1979–1983), a professora Yeda Pessoa de Castro e o bibliotecário Climério Joaquim Ferreira são nomeados Diretores do CEAO, em substituição a Nelson Correia de Araújo (1978-1980), professor da Escola de Teatro da UFBA, criador da série de monografias “Ensaio/Pesquisas” e reorganizador do boletim mensal “Informativo CEAO”.

Dois meses depois, em junho de 1981, é inaugurado o módulo inicial do Mafro com a exposição “Orixás: Baía de Benin – Bahia de Todos os Santos” (fotos de Verger, desenhos de Carybé), e, em 7 de janeiro de 1982, o Reitor Macedo Costa (1979-1983) entrega o Museu Afro-Brasileiro à comunidade, segundo projeto artístico de Jacyra Oswald e orientação etnográfica de Pierre Verger, com o acervo triplicado por doações e empréstimos oriundos de todas as partes.

No mesmo ano, em maio, o Reitor Macedo Costa preside uma Missão Oficial da Universidade Federal da Bahia à Nigéria, Togo, Costa do Marfim e Senegal, acompanhado dos professores Yeda Pessoa de Castro, Edvaldo Boaventura e Silvio Bandeira de Melo. Macedo Costa renovou convênios já existentes com as Universidades de Dakar e do Togo e firmou outro com a Universidade de Ifé.

No ano seguinte, em 1982, é ministrado na Bahia o primeiro curso no Brasil de Língua e Cultura Ewe. O CEAO recebe o primeiro grupo de estudantes do programa “year-abroad” do Curso de Graduação em Português da Universidade de Ifé. Reiniciam-se os cursos de hebraico e de história e cultura do povo hebreu, com apoio da Sociedade Israelita da Bahia. Logo depois, o curso de russo, em colaboração com o Instituto Cultural Brasil – União Soviética da Bahia.

Reabre-se mais uma página da história do CEAO. A tendência cada vez maior de integrar os vários segmentos da comunidade baiana em todas as suas atividades, quer em nível nacional, quer internacional, com o firme propósito de ampliar seus serviços em benefício da inclusão social e promoção da autoestima dessa mesma comunidade, de população majoritariamente negra.

Esses objetivos alcançaram o êxito desejado através de atividade como o “Encontro de Nações de Candomblé”, que contou com participação da yalorixá Olga do Alaketu, em cujo terreiro Agostinho da Silva possuía um elevado cargo honorífico e teve acesso aos rituais e mitos afro-brasileiros; o lançamento da “Série Arte/Literatura”, divulgando escritores negros baianos; os programas “Museu-Escola”, “Museu-Comunidade”, implantados no Mafro pela sua coordenadora, Graziela Ferreira Amorim; a participação de elementos da comunidade local como professores de cursos, pesquisadores, tradutores.

Para consolidar institucionalmente o vínculo CEAO/Comunidade, na gestão do Magnífico Reitor Germano Tabacof (1984-1988) foi proposto um novo regimento, que integraria representantes da comunidade no Conselho deliberativo na condição de regentes de curso. Eram eles: Raimundo Pires (kicongo), Sérgio Barbosa (yorubá), Takashi Koyai (japonês), Eugênia Francúz (russo) e Bass Sheiva (hebraico).

O curso de “Introdução aos Estudos da História e das Culturas Africanas”, oferecido pelo CEAO (1986-1988) com apoio financeiro da Fundação Ford, foi dirigido a profissionais do ensino médio, visando alcançar esse mesmo público. Com base nessa experiência, em 1986, a Secretaria de Educação do Estado, através de Portaria nº 6069, de 25 de janeiro de 1985, aprova a introdução do curso como disciplina opcional na rede pública estadual de ensino, o que antecedeu o Decreto Presidencial de 2003 tornando obrigatório o ensino da História da África e Cultura Afro-Brasileira na rede pública e privada do país.

Todo este trabalho, que não sofreu solução de continuidade na gestão do Reitor Rogerio da Costa Vargens (1988-1992), é produto

do esforço conjunto por objetivos comuns. Representado pela figura dos Ibêjis, os orixás-gêmeos, o poster comemorativo, criação do artista plástico baiano Francisco dos Santos, traz o lema “CEAO – 30 anos unindo povos”, combatendo a segregação e a intolerância qualquer que fosse, através do seu mais efetivo instrumento de luta, a EDUCAÇÃO.

Durante esses 30 anos, o CEAO reuniu pesquisadores dos cinco continentes. Recepcionou personalidades africanas e asiáticas, dentre as quais Léopold Senghor, à época presidente do Senegal, que recebeu da UFBA o título de Doutor Honoris Causa, em 1964. Muitos estudantes bolsistas do CEAO ocuparam depois cargos destaque em seus países de origem como professores, ministros, diplomatas.

Este depoimento estou fazendo como protagonista e agente que fui desta fase pioneira do CEAO, que se inseria no projeto humanístico de George Agostinho da Silva e no interesse do Itamaraty de abrir os portos africanos para o comércio externo com o Brasil em tempos de ditadura no país. Difundir o conhecimento da África, ignorada pela grande parte da nossa sociedade e, ao mesmo tempo, promover a língua portuguesa como meio de estreitar as nossas relações históricas e culturais com países africanos, o que, mais tarde, seria referendado como uma das três vertentes principais na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1961.

Em 1959, recém-formada em Letras pela UFBA, durante o “Colóquio Internacional Luso-Brasileiro”, apresentei uma comunicação na sessão coincidentemente presidida por George Agostinho da Silva. Foi assim que o conheci e nos tornamos amigos, sem nunca termos deixado de nos corresponder ao longo de sua vida, estivesse onde estivéssemos.

Em 1960, acompanhei os trabalhos de instalação do CEAO no subsolo do Palácio da Reitoria, onde, em 1961, participei da primeira turma do curso de iorubá. No ano seguinte, em companhia do meu marido à época, Prof. Guilherme de Sousa Castro, fui para a Nigéria por indicação de Agostinho da Silva.

De volta à Bahia em 1964, sou admitida como estagiária no CEAO, a fim de prestar serviços ao recém-criado Setor de Estudos Etnolinguísticos. Escrevo um artigo publicado, em 1966, no número inaugural da Revista Afro-Ásia, dando notícia da pesquisa que havia realizado sobre o português falado pela Comunidade Brasileira de Retornados da Bahia para Lagos, em 1899.

A partir daí, optei por fazer pesquisas nos dois lados do Atlântico e estudar antropologia, por entender que as questões da linguagem não podem ser tratadas sem os aspectos geradores da cultura.

Com esse firme propósito, ingressei no Mestrado de Ciências Sociais, logo que esse foi instituído pela UFBA. Desloquei as pesquisas de Salvador para o Recôncavo, onde encontrei as presenças banto e jeje nos terreiros de candomblé. Contava com o apoio financeiro do Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Brasília, através da Fundação Atlântico Sul, outro projeto arrojado de George Agostinho da Silva, cuja sede ficava na cidade de São Felix, na região do Recôncavo baiano.

Em 1972, ao retornar outra vez da Nigéria, obtive o grau de Mestre em Ciências Sociais, com dissertação bilíngue escrita na Universidade de Ifé. Tratava de uma análise da linguagem usual e litúrgica de um grupo de culto da cidade de Santo Amaro da Purificação, também na região do Recôncavo.

Quatro anos depois, em 1976, defendi tese de Doutorado de Estado em Línguas Africanas na Universidade Nacional do Zaire, atual República Democrática do Congo, sendo a única pesquisadora entre os brasileiros, até agora, em sua especialidade no Brasil. Reabro para discussão o capítulo que parecia encerrado quanto à diversidade das culturas e das línguas negro-africanas e sua influência no Brasil.

No ano seguinte, em 1977, integrei a Delegação Brasileira ao Festival Mundial de Artes e Culturas Negras (FESTAC), na Nigéria. Em 28 de abril de 1981, depois de ser eleita vice-chefe e, em seguida, chefe do departamento de antropologia e etnologia da UFBA, assumi a Direção

do Centro de Estudos Afro-Orientais, juntamente com o vice-diretor, Climério Joaquim Ferreira, o bibliotecário e já funcionário do CEAO.

Em 1986, licenciada pela Universidade, fui designada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil como adida cultural em Trinidad e Tobago, no Caribe. Admitida como Professora Visitante da Universidade das Índias Ocidentais (1986-1988), implantei o curso de língua portuguesa e literatura luso-brasileiro no Departamento de Línguas, disciplina, hoje, também ofertada na pós-graduação.

Como parte das comemorações que tive a honra de receber fui contemplada, em 1981, com a “Comenda Maria Quitéria” pela Câmara de Vereadores da Cidade do Salvador, homenagem que dividi com todos aqueles que me ajudaram nessa trajetória, com destaque para a comunidade negra baiana que me acompanhou nessa jornada, e o Embaixador Alberto da Costa e Silva, chefe do departamento cultural do Itamaraty, que sempre acreditou e incentivou o meu trabalho.

Em 1990, ao me aposentar por tempo de serviço como professora da UFBA, levava comigo uma das mais altas honrarias concedidas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil a brasileiros, o “Grau de Comendadora da Ordem do Rio Branco”, por serviços prestados ao País no estreitamento das relações culturais Brasil-África.

Passada essa fase de pioneirismo e de afirmação, por que não dizer também heroica, por atravessar e conseguir vencer os tempos difíceis de censura e perseguições políticas ao longo de todo o período da ditadura militar que se instalou no País em 1964 por 25 anos, o CEAO segue cumprindo o seu papel, não mais voltado para manter a liderança nesse cenário linguístico que se firmava como uma mola mestra das ideias humanistas do seu fundador, George Agostinho da Silva.

Ao Professor Agostinho, como afetuosamente nós o chamávamos, devo os primeiros passos do rumo certo para o porto seguro da minha vida profissional, há mais de 40 anos dedicada à divulgação da língua portuguesa, em sua feição brasileira, na África e no Caribe, e das culturas e línguas negro africanas no Brasil.

10.9771/aa.v0i70.65817